

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

## TÍTULO I – TEORIA GERAL

### **CAPÍTULO 1 – PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO ..... 19**

Introdução. O capitalismo. Liberalismo econômico. A Revolução Industrial. Concentração de capitais. Aumento populacional e concentração da mão-de-obra. A racionalização do trabalho. Embasamento doutrinário do capitalismo. Regime individualista do trabalho. Discriminações no plano legal. Das conseqüências do regime de produção. Das conseqüências do individualismo jurídico do trabalho. Da intervenção do Estado. Doutrinas sociais com vista à reforma do regime capitalista. Doutrinas socialistas. Teses solidaristas. Socialismo de cátedra. A doutrina social católica. Ação legislativa do Estado. Constitucionalização do Direito do Trabalho. Internacionalização do Direito do Trabalho. A Organização Internacional do Trabalho — OIT. Objetivos da OIT. Estrutura constitucional da OIT. Estrutura interna da OIT. Autonomização do Direito do Trabalho. Recapitulação parcial. Bibliografia.

### **CAPÍTULO 2 – PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL ..... 41**

Exclusividade da legislação, em caráter de exceção. Orientação do legislador. Contrato de locação de serviços — discriminações. Manutenção dos princípios liberais pela Constituição de 1891. Pioneiros sociais e Doutrinadores pioneiros. Exclusividade da legislação por dominação. O Governo Provisório. A Constituição de 1934. A Constituição de 1937. A Constituição de 1946. Ideologização política das classes sociais. Prevalência da legislação. Constituição de 1967/1969. Período de complementaridade. A Constituição de 1988. Princípios fundamentais na sistematização de direitos. Princípio da não-discriminação. Princípio da proteção e promoção no trabalho. Princípio da liberdade sindical. Liberdades civis. Direito de negociação coletiva. Direito de greve. Legitimação para a ação civil pública. Tripé da política de ordem pública de proteção. A Constituição de 1988 e as Constituições-padrão. Recapitulação parcial. Bibliografia. Obras referidas no texto.

### **CAPÍTULO 3 – CARACTERES GERAIS DO DIREITO DO TRABALHO – DENOMINAÇÃO, CONTEÚDO, DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA ..... 80**

Denominações gerais. Denominações específicas. Conteúdo. Definição e evolução — Direito das desigualdades. Natureza jurídica. Recapitulação parcial.

### **CAPÍTULO 4 – VINCULAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO COM OUTRAS DISCIPLINAS..... 86**

Natureza multidisciplinar do direito do trabalho. Relações do direito do trabalho com a moral. Relações do direito do trabalho com a economia. Relações do direito do trabalho com o direito civil. Relações do direito do trabalho com o direito comercial. Relações do direito do

trabalho com o direito constitucional. Relações do direito do trabalho com o direito econômico. Relações do direito do trabalho com o direito administrativo. Relações do direito do trabalho com o direito internacional. Relações do direito do trabalho com o direito penal. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 5 – FONTES DO DIREITO DO TRABALHO ..... 99**

Analogia com a pesquisa lingüística. Fontes formais e fontes materiais. Pluralidade de centros normativos. Classificação das fontes. Lei. Princípios gerais de direito. Sentença normativa. Fontes de origem autônoma. Direito consuetudinário. Elementos supletivos. Doutrina. Hierarquia das fontes. Conflitos entre fontes. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 6 – APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS NORMAS DO DIREITO TRABALHO ..... 112**

Aplicação das leis. Aplicação da lei no espaço — Fixação de competência. Determinação da norma aplicável. Elementos de conexão. Exceções ao critério da territorialidade. Aplicação da lei no tempo — Função do direito intertemporal. Aplicação imediata e geral da lei. A não retroatividade das leis no direito positivo pátrio. Interpretação: natureza, objeto, técnicas e operadores. Elemento sociológico. Resultados da interpretação. Integração da norma. Analogia. Equidade. Direito Comparado. Jurisprudência. Bibliografia.

**TÍTULO II – SUJEITOS DA RELAÇÃO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

**CAPÍTULO 7 – EMPREGADOR ..... 131**

Noção de empresa. Estabelecimento. Relação de trabalho e empresa. Mudança na propriedade ou na estrutura da empresa. Alteração quanto à prioridade dos créditos de natureza trabalhista. Empregador. Disposições legais específicas. Estado. 1. Regime jurídico único. 2. Regime da legislação do trabalho. 3. Terceirização. 4. Contratação temporária. 5. Prerrogativas do Estado. Mudança de regimes jurídicos. Grupo econômico: internacionalização do capital, anonimização do empregador. Grupo econômico no direito positivo pátrio. Combinações econômicas constitutivas do grupo econômico. Solidariedade. Empregador único. Construtor. Condomínios. Subempreiteiros. Sucessão de empregadores — Regime legal. Caracterização — configuração. Elementos da sucessão. Continuidade das atividades da empresa. Continuidade dos contratos de trabalho. Natureza jurídica da sucessão. Efeitos da sucessão: a) Responsabilidade do sucedido. b) Responsabilidade do sucessor. c) Situação do empregado. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 8 – EMPREGADO ..... 156**

Noção de empregado. Aspectos particulares ou controvertidos de trabalho subordinado. Empregado: diretor de sociedade. Empregado: acionista e quotista da empresa empregadora. Trabalho intermitente ou com jornada reduzida. Trabalho rural — evolução da legislação e terminologia. Disciplina legal das relações de trabalho rural. Disciplina do trabalho rural em instrumentos normativos internacionais. Empregado rural e trabalhador rural. Conceito de empregado rural. Trabalhadores rurais sem vínculo de emprego. Trabalhadores rurais à conta própria. 1. Empreiteiros. 2. Arrendatários. 3. Parceiros. Trabalhadores atuantes no meio rural regidos por disposições normativas específicas: empregado doméstico e empregados de categoria diferenciada. Direitos do empregado rural na Constituição. Peculiaridades da

legislação rural. 1. Jornada de trabalho. 2. Salário. 3. Aviso prévio. Grupo rural econômico ou financeiro. Contrato entre confamiliares na legislação do trabalho — Contrato entre cônjuges. Liberdade para a mulher exercer profissão. Pais e filhos — contratação. Concubinato — contratação. Pluralidade de empregos ou de empregos e ocupações. Acumulação de empregos ou de emprego e ocupações na atividade privada. Acumulação de empregos no setor público. Acumulação remunerada de emprego ou ocupações na atividade privada com emprego, função ou cargo público. Jurisprudência. Recapitulação parcial.

## **CAPÍTULO 9 – LIBERDADE DE TRABALHO ..... 179**

Evolução e aspectos. Liberdade de trabalhar. Proibições e restrições de natureza econômica. Proibições e restrições de natureza política. Proibições e restrições de natureza social. Contratação de trabalhador menor de idade. Contratação de mão-de-obra feminina. Contratação de estrangeiro. Direito ao trabalho. Garantia de trabalho. Liberdade na escolha de trabalho. Intervenção do Estado no mercado de trabalho. Estágio — Evolução legislativa, estrutura e modalidades. Instrumentalização da contratação do estagiário. Requisitos legais do estágio. Falta ou inobservância dos requisitos legais para o estágio. Finalidade do estágio curricular. Caracterização do estágio curricular. Estágio comunitário. Estágio na área do desporto. Projeto Juventude Cidadã. Projeto Escola de Fábrica. Bolsa de qualificação profissional. Aprendizagem: Evolução no direito positivo pátrio. Obrigatoriedade de contratação de aprendizes. Caracterização. Instrumentalização do contrato de aprendizagem. Espécies de contratação de aprendiz. Ensino e obrigações discentes. Obrigações trabalhistas no contrato de aprendizagem. Remuneração do aprendiz. Jornada de trabalho. Natureza jurídica do contrato de aprendizagem. Dissolução do contrato de aprendizagem. Programas de natureza macroeconômica. Contratação de pessoas portadoras de necessidades especiais: Evolução das disposições internacionais e do direito positivo nacional. Pessoas portadoras de necessidades especiais no direito positivo pátrio. Conceito e modalidades de deficiência. Princípios orientadores da Política Nacional sobre Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Instrumentos da Política Nacional para a integração das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Serviços de que são beneficiárias as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. Deficiência grave ou severa — cooperativas sociais. Reserva de vagas nas empresas para pessoas portadoras de necessidades especiais. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: Controle sobre a celebração e a cessação do contrato de trabalho. Sem emprego, sem ocupação, subemprego. Política ativa de emprego e a legislação do trabalho. Desemprego: Disposições internacionais — definição. Evolução legislativa. Seguro-desemprego: Perfil da mão-de-obra desempregada nacional. Critérios para atribuição do seguro-desemprego. Requisitos para recebimento do seguro-desemprego. Seguro-desemprego e dispensa involuntária. Seguro-desemprego — responsabilidade do empregador. Requerimento do seguro-desemprego. Seguro-desemprego — custeio, fiscalização e pagamento. Valor do seguro-desemprego. Parcelamento, duração e renovação do seguro-desemprego. Suspensão do seguro-desemprego. Cancelamento do seguro-desemprego. Liberdade de não trabalhar. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## **CAPÍTULO 10 – RELAÇÕES INDIVIDUAIS DE TRABALHO — CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO ..... 218**

Terminologia. Conceito. Contrato de equipe. Pessoalidade da prestação de serviços. Livre manifestação da vontade. Prestação de serviços não eventuais. Dependência. Subordinação jurídica. Dependência econômica. Dependência técnica. Dependência social. Poderes do empregador. Poder de direção do empregador. Poder disciplinar do empregador. Regulamento interno de empresa: Omissão legal. Evolução. Conceito e objetivo — princípios. Natureza jurídica.

Procedimentos de elaboração do regulamento interno de empresa — Conceito — Forma escrita — Publicidade. Limites aos poderes do empregador. Direito de resistência. Controle das sanções pelo Poder Judiciário. Remuneração e salário. Componentes da remuneração. Gorjeta. Caracteres jurídicos. Percentual de serviço. Gorjeta-doação. Gorjeta ilícita. Componentes do salário. Gratificações: Gratificação-doação. Gratificações ajustadas e de fonte heterônoma. Natureza jurídica da gratificação. Modalidades e dinâmica de gratificação. Gratificação de função. Gratificação por tempo de serviço. Gratificação de balanço. Operacionalidade da gratificação, sua abrangência, seu valor e reflexos. Gratificação de Natal — Legislação. Âmbito de aplicação. Valor e épocas de pagamento. Adiantamento. Gratificação natalina e resilição do contrato. Gratificação de Natal e extinção do contrato determinado, por tempo prefixado. Gratificação de Natal — Compensação de seu valor. Gratificação de Natal — Concorrência de culpas. Gratificação de Natal e cálculo indenizatório. Gratificação de Natal e gratificações ajustadas. Diárias. Abonos. Prêmios. Prêmio integrativo do salário. Prêmio por liberalidade. Participação nos lucros ou resultados: Integrativa do salário. A participação e o direito positivo. Estruturação da participação. O Programa de Integração Social — PIS e a participação nos lucros. Objetivo do PIS. 1. Instrumento de redistribuição da renda global. 2. Desenvolvimento do País. 3. Favorecimento do economicamente fraco. Dinâmica do PIS. Natureza da conta individual. Comissões. Estipulação das comissões. Natureza jurídica. Modalidades das comissões. Direito à comissão. Apuração do valor das comissões. Pagamento das comissões. Pagamento das comissões na cessação das relações de trabalho. Comissão *del credere*. Ajuda de custo. Verbas de representação — Quebras de caixa. Caracteres do contrato individual de trabalho. Prescrição. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 11 – LIBERDADE DE CONTRATAR. FORMAÇÃO E INVALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO** .....

273

Contrato de trabalho — Negócio jurídico — Efeito vinculante — Autonomia da vontade. Limites à autonomia da vontade. Formação do contrato de trabalho. Legitimação para contratar. Idoneidade do objeto do contrato. Requisitos do contrato — Consentimento. Vícios do consentimento. Forma do contrato de trabalho. Invalidade do contrato de trabalho. A invalidade no Direito do Trabalho. Efeitos da nulidade no Direito do Trabalho. Nulidade e anulabilidade de cláusulas contratuais. Documentos liberatórios. Recibos de quitação. Valor probante dos recibos de quitação. Indisponibilidade de direitos: Leis de ordem pública geral. Escudo protetor de direitos subjetivos. Flexibilização e desregulamentação de direitos — Ordem pública social. Renúncia — conceito e natureza jurídica — elementos. Forma da renúncia. Direitos absoluta e relativamente indisponíveis. Renúncia antecipada — renúncia na vigência e na dissolução do contrato de trabalho. Transação — natureza — requisitos — invalidade. Modalidades e forma da transação. Invalidade da transação. A transação no Direito do Trabalho. Efeitos da transação. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 12 – RELAÇÃO DE TRABALHO. CONTRATO DE TRABALHO E DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS. TERCEIRIZAÇÃO. TRABALHO TEMPORÁRIO. CONTRATOS AFINS AO CONTRATO DE TRABALHO** .....

296

Relação de trabalho — Competência constitucional da Justiça do Trabalho. Relação de trabalho e contrato individual de trabalho. O contrato individual de trabalho e direitos transindividuais. Condição de trabalho análoga à de trabalho escravo. Terceirização: Objeto e objetivo. A

terceirização no direito positivo nacional. A terceirização perante a jurisprudência dos tribunais. A terceirização perante a doutrina jurídica nacional. Trabalho temporário. Co-participantes da relação jurídica triangular. Instrumentalização do contrato de trabalho temporário. Natureza da atividade mediada. Dinâmica do contrato de trabalho temporário — Direitos e obrigações. Contrato de trabalho e contratos afins: 1. Distinção entre contrato de trabalho e contrato de empreitada. 2. Distinção entre contrato de trabalho e contrato de mandato. 3. Distinção entre contrato de trabalho e contrato de sociedade. 4. Distinção entre contrato de trabalho e contrato de parceria. 5. Distinção entre contrato de trabalho e contrato e agência de representação comercial autônoma. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## **CAPÍTULO 13 – DURAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO ..... 318**

Formas típicas e atípicas do trabalho subordinado. Contrato de duração determinada: evolução legislativa. O contrato de duração determinada e a presunção de existência do contrato de tempo indeterminado. Traços comuns e diferenciados dos contratos de duração determinada e por tempo indeterminado. Modalidades do contrato de duração determinada. Prorrogação e sucessão do contrato de duração determinada. Requalificação do contrato por tempo determinado. Contrato de experiência. Natureza jurídica do contrato de experiência. Rompimento, resolução e extinção do contrato de experiência. Contrato de experiência e período de experiência. Contrato de experiência e aviso prévio. Extinção e cessação das relações de trabalho no contrato de duração determinada. Suspensão do contrato de duração determinada. Fraude no contrato de trabalho por tempo determinado. Observações finais. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## **CAPÍTULO 14 – PROVA DO CONTRATO DE TRABALHO ..... 335**

Regras gerais. Ônus da prova. Documentos probatórios do contrato de trabalho. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) — Antecedentes de origem e históricos na legislação pátria. Finalidade. Obrigatoriedade. Anotações na CTPS. Prescrição do direito de reclamar anotações na CTPS. Anotações na CTPS a cargo de autoridade judiciária. Anotações da CTPS a cargo de autoridade administrativa. Anotações na CTPS a cargo de sindicato ou de cooperativa. Obrigatoriedade de anotação da CTPS — Falta de anotação da CTPS — Anotações falsas — Falta de CTPS — Responsabilidade do empregador. Anotações pelo empregador: *juris tantum* do valor probante. Penalidades. Registro de empregados: livros, fichas e sistema eletrônico. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## **CAPÍTULO 15 – CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO – TRABALHO DO MENOR ..... 345**

Introdução. Trabalho do menor: conceitos e terminologia. Trabalho do menor: ações e disposições no âmbito internacional. Proteção à criança e ao adolescente no âmbito do direito positivo pátrio. Responsabilidade pela observância das normas legais. A) Responsabilidade do empregador. Responsabilidade penal. B) Responsabilidade do Estado. C) Responsabilidade dos responsáveis legais do menor. Trabalhos prejudiciais à formação, à moralidade e à segurança do menor. Trabalhos nocivos à saúde do menor. Trabalho que põe em risco a segurança do menor. Trabalho ilícito. Derrogações à proibição do trabalho do menor. Contrato de trabalho do menor. Admissão do menor. Quitação de direitos. Prescrição contra o menor de idade. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 16 – TRABALHO DA MULHER ..... 358**

Introdução. Medidas jurídicas na esfera internacional. Disciplina legal do trabalho da mulher. Excessos do legislador. Igualização em relação ao trabalho masculino e o trabalho feminino. Desigualação em relação ao trabalho masculino e feminino. Proteção à maternidade — titularidade e conteúdo. Licença-maternidade — Benefício previdenciário — Duração — Parto prematuro — Parto com nascimento de múltiplos — Parto de natimorto — Aborto não criminoso. Declaração do estado de maternidade, afastamento do serviço: natureza, procedimentos, duração e valor do salário-maternidade. Salário-maternidade. Valor do salário-maternidade. Pagamento do salário-maternidade. Estabilidade da gestante. Garantia de emprego na maternidade. Preconceito e Discriminação. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 17 — TRABALHO EM ATIVIDADE EXTERNA — TRABALHO À DISTÂNCIA —  
TRABALHO EM DOMICÍLIO – TELETRABALHO ..... 379**

Trabalho em atividade externa — trabalho à distância.. Trabalho em domicílio: evolução — natureza — disciplina normativa — conceito. Caracterização do trabalho em domicílio: a) controle e pessoalidade da prestação de trabalho b) exclusividade c) prestação externa e interna de trabalho d) subordinação e) duração do trabalho f) remuneração. Teletrabalho: forma de execução: modalidades — efeitos internos e externos sobre as atividades empresariais — corretagem de competências. Regime jurídico. Presença da máquina — confiança no trabalhador. Atrativos do teletrabalho — efeitos ambientais e sociais. Atrativos para o empregador. Atrativos para o empregado. Deméritos do teletrabalho. Teletrabalho: perspectivas de mudanças no emprego. Avaliação do teletrabalho. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 18 – TRABALHO DOMÉSTICO ..... 395**

Evolução histórica. Empregado doméstico — evolução do direito positivo. Conceito. Duplicidade de atividades. Direitos assegurados ao empregado doméstico. Férias. A Convenção n. 132 da OIT, a CLT e a regência das férias anuais remuneradas. Férias proporcionais. Duração do trabalho. Salário mínimo. Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS — Seguro-desemprego — Direitos previdenciários. Irredutibilidade de salário. Descontos nos salários. Direito de greve. Vale-transporte. Empregada doméstica gestante. Violência doméstica e familiar contra a empregada. Contratação por duração indeterminada e a prazo. Prescrição quanto ao empregado doméstico. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 19 – ATLETA PROFISSIONAL ..... 412**

Regime legal do atleta profissional de futebol. Contratação do atleta profissional de futebol. Particularidades do contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. O espectador como consumidor. Remuneração do atleta profissional de futebol: elementos e formas de pagamento. Da mora salarial no contrato de atleta profissional de futebol. Duração do trabalho do atleta profissional de futebol. Execução do contrato de atleta profissional de futebol. Suspensão do contrato de atleta profissional de futebol. Poder disciplinar do empregador no contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. Cessação do contrato do atleta profissional de futebol. Direito de arena. Ex-atleta profissional de futebol. Árbitros e seus auxiliares. Peão de rodeio: sua equiparação a atleta profissional. Recapitulação parcial. Bibliografia.

### TÍTULO III – DINÂMICA DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO

#### CAPÍTULO 20 – EXECUÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO ..... 429

Obrigações dos co-contratantes. Obrigações contratuais do empregado — Prestação de trabalho. Diligência. Dever de obediência. Dever de fidelidade. Obrigações contratuais do empregador. Pagamento de salário. Fixação do salário. Salário *in natura* — Fontes. Modalidades de pagamento. Características do salário *in natura*. Requisitos do salário *in natura*. Utilidades-salário usuais: 1. Alimentação; 2. Habitação; 3. Vestuário e transporte. Valor das utilidades-salário. Teto das utilidades-salário. Conversão de utilidades-salário em dinheiro. Utilidades-salário: interrupção e suspensão do contrato. Utilidades-salário e cessação das relações de trabalho. Salário mínimo e mínimo salarial. Salário mínimo: evolução histórica — evolução legislativa. Conceito do salário mínimo. Natureza das normas legais. Fixação, estipulação, garantia do salário mínimo. Salário mínimo e trabalhador menor de idade. Prescrição. Salário profissional. Salário da categoria. “Piso salarial” na Constituição da República. Invenções do empregado. Modalidades de invenções. Tipos de direitos do inventor. Direitos do inventor nos instrumentos internacionais. Direitos do inventor no direito comparado. Direitos do inventor-empregado no direito positivo pátrio. Da patente. Exploração do objeto da patente. Desacordo e exploração do invento. Invenção por equipe. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

#### CAPÍTULO 21 – SALÁRIO-FAMÍLIA ..... 464

Salário-família — Evolução histórica. Evolução legislativa. Finalidade do salário-família. Abrangência do salário-família. Beneficiários do salário-família. Natureza do salário-família. Titularidade do salário-família. Concessão — Manutenção do salário-família. Requisitos para concessão e pagamento do salário-família. Valor da cota do salário-família. Pagamento do salário-família. Suspensão do pagamento do salário-família. Da cessação do salário-família. Reembolso do valor do salário-família. Fiscalização. Jurisprudência. Recapitulação parcial.

#### CAPÍTULO 22 – MEDIDAS LEGAIS DE PROTEÇÃO À CONTRAPRESTAÇÃO REMUNERATÓRIA. 471

Prestador de trabalho e devedor de contraprestação remuneratória — Pessoaalidade do prestador de trabalho. Pagamento do salário por devedor ou por terceiro. Proteção ao salário contra abusos do empregador. Momento do pagamento. Mora salarial. Lugar de pagamento. Pagamento contra recibo. Pagamento e estipulação do salário em moeda corrente do país. Proteção do salário contra credores do empregador. Proteção do salário contra credores do empregado. Proteção contra familiares do empregado. Equiparação salarial: Fundamentos — Evolução. Princípio da igualdade. Equivalência e equiparação. Equiparação por identidade de funções. Prejudiciais. a) Identidade de funções. b) Trabalho de igual valor. c) Mesmidade de empregador. d) Mesmidade de localidade. e) Existência de paradigma. f) Contemporaneidade da prestação de serviços. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

#### CAPÍTULO 23 – DURAÇÃO DO TRABALHO. JORNADA DO TRABALHO ..... 495

Relevância. A duração do trabalho e interesses individuais. A duração do trabalho e as organizações sindicais. A duração do trabalho como instrumento de política econômica. Fundamentos. Duração do trabalho — Desgaste e rendimento do trabalhador. Jornada de trabalho: Evolução histórica. A jornada de trabalho no direito internacional. Flexibilização da jornada de trabalho — Horário móvel. Horário móvel de trabalho. Evolução da legislação sobre a jornada do trabalho no Brasil. Jornada de trabalho — Tipificação da jornada de trabalho — Horário de

trabalho. Disponibilidade do empregado na jornada de trabalho. Natureza das normas sobre a jornada de trabalho. Jornada legal e jornada convencional. Jornadas de trabalho e descansos especiais. Empregados de bancos e de empresas equiparadas. Trabalho do bancário além de 22 horas. Exclusões da jornada especial normal de seis horas. Empregados em minas de subsolo. Empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonía, com exclusão dos operadores de radiotelegrafia embarcados em navios ou aeronaves. Engenheiros, químicos, arquitetos e veterinários. Equipagens das embarcações da marinha mercante nacional, de navegação fluvial e lacustre, do tráfego nos portos e da pesca. Médicos e cirurgiões-dentistas. Músicos profissionais. Operadores cinematográficos e ajudantes. Professores. Serviços frigoríficos. Vendedores viajantes. Trabalho em ferrovias. Jornada de trabalho: a) derrogações; b) exclusão; c) exclusão sobre horas extras. Redução e prorrogação da jornada de trabalho. Horas extraordinárias — Conceito. Requisitos legais de caracterização de serviço extraordinário e conseqüências. Trabalho sob horas extras, sem observância dos requisitos legais. Apuração e prova do serviço extraordinário — Livro ou folha de ponto — Cartão de ponto. Natureza jurídica do serviço extraordinário. Remuneração das horas extraordinárias. Supressão do serviço extraordinário. Serviço extraordinário em atividades insalubres. Necessidade imperiosa. Sobretempo de trabalho por motivo de força maior. Recuperação por motivo de paralisação. Excesso de trabalho em razão de serviços inadiáveis. Exclusões de submissão do empregado ao regime de jornada de trabalho. Dos exercentes de atividade externa à empresa. Dos gerentes e dos que se lhes equiparam. Aumento da jornada de trabalho dos cabineiros de elevador. Trabalho em dias de repouso, sob jornada reduzida. Regime de compensação. Trabalho noturno — Conceito e extensão. Vantagens legais. Proibição de prestação de trabalho noturno. Trabalho em turnos: Nocividade do trabalho em turnos. Conceito e disciplina legal do trabalho em turnos. Da minimização do risco no trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. Da remuneração do trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. Períodos de descanso. Pausas e intervalos remunerados. Horário de trabalho. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Temas para pesquisa. Bibliografia.

## **CAPÍTULO 24 – REPOUSOS REMUNERADOS ..... 547**

Evolução histórica. Normas de direito internacional. Normas de direito positivo interno. Âmbito de aplicação dos preceitos legais sobre repousos. Modalidades e fixação dos repousos. Derrogações ao repouso. Trabalho aos domingos no comércio varejista em geral. Condições para concessão do repouso remunerado. Cálculo da remuneração do repouso. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## **CAPÍTULO 25 – FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS ..... 557**

Finalidade. Evolução legislativa. Natureza jurídica do repouso anual. Natureza do pagamento das férias. Natureza das normas sobre férias. Campo de aplicação das normas. Condições de aquisição das férias. Inclusões de tempo no período aquisitivo. Ausência derogatória das férias. Duração das férias. Mínimo de duração de férias. Concessão de férias. Fracionamento e acumulação de períodos de férias. Omissão na concessão das férias. Partida do empregado para gozo das férias. Repouso efetivo do empregado. Suspensão do gozo de férias. Férias coletivas: Caracterização. Formalidades na adoção das férias coletivas. Concessão das férias coletivas. Remuneração das férias. Compensação pecuniária das férias. Abono de férias. Compensação na extinção do contrato de trabalho. Falecimento do empregado. Compensação pecuniária na rescisão do contrato. Compensação pecuniária na resolução do contrato. Indenização por férias. Férias e crédito prioritário. Prescrição. Férias dos marítimos. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## CAPÍTULO 26 – SEGURANÇA NO TRABALHO, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA ..... 583

Introdução. A Constituição da República e a proteção do trabalhador e do meio ambiente do trabalho. Evolução legislativa. Política nacional em matéria de segurança e saúde dos empregados e de meio ambiente do trabalho: natureza e objetivo. Diretrizes da política nacional em matéria de segurança e saúde dos empregados e de meio ambiente. Política nacional em matéria de segurança e saúde dos empregados e de meio ambiente: participantes e responsabilidades. Atribuições e obrigações de cada participante. Obrigações das empresas. Órgãos de execução. Agentes nocivos no e durante o trabalho. Do exercício de atividades e operações nocivas ao trabalhador — Direito positivo. Exclusão de atividades e operações prejudiciais à saúde. Vedação de prestação de trabalho em atividades insalubres. Eliminação e neutralização da insalubridade. Conceituação legal de atividades e operações insalubres. Agentes nocivos. Perícia técnica. Adicional de insalubridade — Cálculo — Pagamento. Adicional de insalubridade — Integração, reflexos e supressão. Equipamentos de proteção individual — Obrigações próprias e comuns aos empregadores e a seus empregados. Periculosidade: Conceito legal. Caracterização e eliminação de periculosidade — Adicional de periculosidade. Jurisprudência. Recapitulação parcial.

## CAPÍTULO 27 – ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO ..... 603

Natureza da alteração das condições do contrato. Origem da alteração das condições do contrato. Critérios disciplinadores da alteração contratual. Prejuízo ao empregado: natureza e previsibilidade. Alterações voluntárias e obrigatórias. Modalidades de alterações contratuais. Qualificação profissional. Modificações na situação funcional do trabalhador. Promoção do empregado. Retrocessão. Retorno. Alteração quantitativa das condições do contrato. Alteração consistente em exigência de serviço superior às forças do empregado. Alteração no horário ou na jornada de trabalho. Redução do trabalho, com repercussão danosa sobre o salário. Alteração no salário do empregado. *Jus variandi*: Fundamento e conceito. Limites ao *jus variandi*. Efeitos do *jus variandi*. Alteração do local de trabalho: Remoção e transferência de empregado. Remoção de empregado. Transferência de empregado. Vedação expressa de transferência. Permissão de transferência — Requisitos. Adicional de transferência. Natureza do adicional de transferência. Despesas advindas da transferência do empregado. Liminar contra ato de transferência. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## CAPÍTULO 28 – DA SUSPENSÃO E DA INTERRUÇÃO ..... 621

Introdução. Traços característicos. Conceitos. Suspensão do contrato: Intangibilidade da vida do contrato. Suspensão total e suspensão parcial do contrato. Situações configuradoras de suspensão total ou parcial do contrato: 1. Serviço militar obrigatório. 2. Doença do empregado. 3. Encargo público obrigatório. 4. Desempenho de mandato sindical. 5. Suspensão disciplinar e para fim de inquérito judicial. 6. Afastamento do serviço, por motivo de segurança nacional. 7. Afastamento do serviço em razão de acidente de trabalho. 8. Licenças não remuneradas. 9. Paralisação ou redução do serviço, por fato da empresa, em razão de motivos de natureza conjuntural, ou ainda em caso de força maior. 10. Afastamento do trabalho por motivo de greve. 11. Afastamento para aperfeiçoamento profissional. 12. Outros casos de suspensão parcial. Interrupção do contrato. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## CAPÍTULO 29 – AVISO PRÉVIO ..... 635

Liberdade de rescisão do contrato de trabalho: limitações e exceções. Histórico do aviso prévio. Conceito. Notificação de tempo. Ausência de justa causa. Pagamento pelo prazo da

notificação. Natureza jurídica. Efeitos do aviso prévio — Direitos vencidos em seu curso, reajustes salariais, baixa na CTPS e prescrição. Retratação do aviso prévio. Duração do aviso prévio. Cumprimento e inalterabilidade das prestações contratuais — Aviso prévio concedido pelo empregador e pelo empregado. Aviso prévio e doença do empregado. Concessão de aviso prévio pelo empregador. Aviso prévio para ser cumprido em casa. Aviso prévio concedido pelo empregado. Falta de concessão do aviso prévio. Remuneração do aviso prévio. Ajuste para dispensa do aviso prévio e renúncia ao pré-aviso. Seguro-desemprego e aviso prévio. Contagem do início do prazo do pré-aviso. Aviso prévio e duração mínima do contrato. Aviso prévio e despedida indireta. Aviso prévio e risco empresarial. Aviso prévio e culpa recíproca. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

## CAPÍTULO 30 – ESTABILIDADE NO EMPREGO ..... 653

Introdução. Histórico da estabilidade no direito positivo pátrio. Natureza. Empregados não amparados pela estabilidade. Tipos de estabilidade — Garantia de emprego. Estabilidade decenária. Tempo de serviço e estabilidade. Estabilidade e garantia de emprego na Constituição. A) Estabilidade absoluta e garantia de emprego no plano constitucional. B) Estabilidade no setor público. C) Reforço de proteção e ampliação da relação de emprego — Garantia de emprego do cipeiro e estabilidade provisória da empregada gestante. Estabilidade provisória e garantia de emprego no plano legal. Representantes dos trabalhadores — Caracterização no plano internacional. Proteção dos representantes dos trabalhadores na esfera internacional. Representação e participação dos trabalhadores segundo o direito positivo pátrio. Condições para ocupação de cargos de direção ou representação sindical. Proteção dos ocupantes de cargos de direção ou representação sindical. Proteção de representantes não sindicais dos trabalhadores. Proteção dos representantes em órgãos colegiados. Proteção da representação unipessoal. Empregados eleitos diretores das sociedades cooperativas. Proteção à empregada gestante e à parturiente — Licença à maternidade e salário-maternidade. Garantia de emprego, em razão de acidente do trabalho. Garantia de emprego em decorrência da legislação eleitoral. Garantia de emprego a empregados reabilitados ou portadores de necessidades especiais. Garantia de emprego contra práticas discriminatórias. Agonia da estabilidade com indenização na dispensa sem justa causa do trabalhador. Estabilidade com indenização por dispensa sem justa causa — Direito residual. Cessação das relações de trabalho do empregado detentor do direito à estabilidade. Resilição. Resolução do contrato de trabalho do empregado com direito à estabilidade. Processamento e solução de inquérito judicial. Solução do inquérito judicial. Reclamação e inquérito em reconvenção. Execução da sentença de reintegração ou readmissão. Extinção do contrato de trabalho do empregado estável. Jurisprudência. Recapitulação parcial.

## CAPÍTULO 31 – CESSAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ..... 678

Terminologia. Dissolução e extinção do contrato de trabalho. Justas causas para a cessação das relações de trabalho: Alcance da justa causa. Caracterização da justa causa. Previsão em lei. Atualidade. Gravidade. Invocação e substituição da causa resolutória. Proibição de dupla penalidade. Análise das justas causas. Ato de improbidade. Incontinência de conduta ou mau procedimento. Negociação habitual. Condenação criminal. Desídia no desempenho das funções. Embriaguez habitual ou em serviço. Violação de segredo da empresa. Ato de indisciplina ou de insubordinação. Abandono de emprego. Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas. Prática constante de jogos de azar. Prática de atos atentatórios à segurança nacional. Falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis. Resilição e ruptura do contrato de trabalho. A) Resilição do contrato por ato ou fato do empregador. Indenização de antigüidade.

B) Resilição do contrato por tempo indeterminado e ruptura do contrato por tempo determinado por iniciativa do empregado — Demissão e aposentadoria. C) Resilição do contrato por ato bilateral. 1. Resolução do contrato de trabalho pelo empregador. 2. Resolução do contrato de trabalho pelo empregado. Justas causas: personalidade do trabalhador — Proteção psicossomática e proteção moral, na esfera jurídica nacional e internacional. Proteção da personalidade na esfera constitucional. Proteção da personalidade na esfera internacional. Dano material e dano moral. Dano moral coletivo. Modalidades, elementos e conceito do dano moral. *Mobbing* ou perversidade moral no exercício do trabalho. Alcance do assédio moral. Assédio sexual na constância das relações de trabalho. Causas e participantes do assédio sexual. Assédio sexual: caracterização, conceito, conseqüências. Prova de abuso sexual. Tratamento do empregado com rigor excessivo. Serviços: a) superiores às forças do empregado; b) defesos por lei; c) contrários aos bons costumes; d) alheios ao contrato. Perigo manifesto de mal considerável. Dissolução do contrato de trabalho. Cálculo do valor da indenização. Extinção do contrato de trabalho. Procedimentos comuns à dissolução do contrato de trabalho. A quem incumbe prestar assistência na dissolução do contrato. Documentos que acompanham o instrumento de quitação. O ato assistencial. Quitação liberatória. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**CAPÍTULO 32 – INDENIZAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO ..... 714**

Rigidez da teoria do contrato — Proteção ao trabalhador na dissolução do contrato de trabalho. Natureza jurídica da indenização por tempo de serviço. Valor da indenização. Jurisprudência.

**CAPÍTULO 33 – FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS..... 720**

Instituição e evolução do FGTS. Finalidade do FGTS. Regência legal do FGTS. Beneficiários do FGTS e trabalhadores dele excluídos. Direito à estabilidade. Opção residual pelo FGTS. Conta vinculada do trabalhador e outros recursos do FGTS. Inadimplência do empregador em relação aos depósitos do FGTS. Parcelas sobre que incide o percentual dos depósitos para o FGTS. Parcelas sobre que não incidem os percentuais dos depósitos para o FGTS. Depósitos do FGTS: responsabilidade do empregador e garantia do Governo Federal. Saques de depósitos do FGTS. Natureza jurídica do FGTS. Efeitos da dissolução do contrato de trabalho no regime do FGTS. Resgates de depósitos do FGTS, inclusive no curso do contrato de trabalho. Prescrição. Jurisprudência. Recapitulação parcial. Bibliografia.

**ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO DA MATÉRIA ..... 737**

**ÍNDICE ANALÍTICO DAS SÚMULAS DO STF ..... 763**

**ÍNDICE ANALÍTICO DAS SÚMULAS DO TST ..... 769**

**ÍNDICE DAS ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS DO TST ..... 787**

**ÍNDICE ONOMÁSTICO ..... 791**

**QUESTÕES ..... 803**